

Diferentes tendências no estudo da referenciação no Brasil: teoria atualizada por quem e para quem?

Different trends in the study of referencing in Brazil: updated theory by who and for who?

Silvia Adélia Henrique Guimarães¹

RESUMO

No presente artigo, refletiremos sobre como a teoria da referenciação tem-se desdobrado no contexto brasileiro, desse modo, possibilitando um jogo de luzes quanto à forma como a teoria alcança (é alcançada) os (pelos) pesquisadores de outras áreas do saber linguístico, por conseguinte, os graduandos de Letras e, conseqüentemente, os estudantes da educação básica brasileira. Para isso, pautamo-nos na proposta de Custódio Filho (2011), que consolida a divisão (didática) dos estudos de referenciação em duas tendências – proposta que leva nosso aporte teórico a segmentar-se em duas seções, seguidas pela seção específica sobre a recategorização. Consideramos que, conjuntamente com outras pesquisas que organizam/sintetizam a evolução da teoria, este artigo contribuirá para situar os leitores que estejam iniciando seu enveredar na área, ou mesmo os pesquisadores que têm como proposta a problematização teórico-metodológica da referenciação, estejam eles mais afinados à denominada primeira tendência, ou à segunda tendência – ou ainda aqueles que não concordam com essa subdivisão.

Palavras-chave: Referenciação. Atualização da pesquisa da referenciação. Tendências nos estudos da referenciação.

ABSTRACT

In this article, we reflect on how the theory of referencing has unfolded in recent years in the Brazilian context, by shading light on how the theory reaches researchers from other areas of linguistic knowledge and, therefore, the undergraduate students of Letters, also reaching, consequently, the students from Brazilian Basic Education. For this, we based our perspective on the proposal of Custódio Filho (2011), who consolidated the (didactic) division of referencing studies into two trends – proposal that which leads our theoretical contribution to be segmented into two sections, followed then by the specific section on recategorization. We consider that, together with other researches that organize/synthesize the evolution of the theory of referencing, this article can contribute to situate readers who are initiating their studies in that area of knowledge. It can also be useful for the researchers who assume the proposal of theoretical-methodological problematization of referencing, either if they are more in tune with the so-called first trend, or if they follow the second one – as well as for those who do not agree with such subdivision.

Keywords: Referencing. Referencing research update. Trends in the referencing studies.

¹ Docente das Secretarias Municipais de Educação do Rio de Janeiro e de Nova Iguaçu. Doutora em Letras pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro/RJ, Brasil. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-8208-0133>. E-mail: sguimaraes05@hotmail.com.



1 INTRODUÇÃO

É cada vez mais crescente, no Brasil, a difusão de estudos atinentes à referenciação sob a perspectiva sociocognitiva e interacional. Consultas aos *sites* dos programas de pós-graduação possibilitam mapear diversas linhas de pesquisa, grupos de trabalhos e orientações que se descolam de uma centralidade regional relacionada ao pioneirismo desses estudos, no Brasil, e vêm ramificando-se para outros programas, quando estes recebem novos professores pesquisadores oriundos daqueles primeiros².

Entretanto, a disseminação desses estudos está longe de ter esgotado as possibilidades de seus desdobramentos, exatamente por estar redundando em estudos que confirmam a possibilidade de um redimensionamento da teoria. Assim sendo, essa disseminação, que é geradora de uma atualização dos aspectos teórico-metodológicos da teoria, tem levado a pesquisas que extrapolam as formas primeiras de análise.

O que pretendemos é problematizar essa atualização. Se, por um lado, nota-se um avanço significativo nos estudos sobre a referenciação, por outro, observa-se o tipo de difusão dessa atualização que, por vezes, parece estar mais concentrada nos círculos dos pesquisadores que a atualizam. Isso se percebe, por exemplo, quando, em suas falas, professores universitários reproduzem informações notadamente vinculadas a estudos primordiais ou citam, exclusivamente, as vanguardas desses estudos no país.

Contudo, não podemos simplificar a forma como se deu/dá a evolução dos estudos sobre referenciação, tampouco a difusão dos saberes: se há pesquisadores que desconhecem a totalidade dos trabalhos que atualizam as pesquisas da referenciação (por integrarem outras áreas de conhecimento da linguística), há aqueles que, por convicção teórico-metodológica, resistem aos desdobramentos da teoria e optam por permanecer fixados na visão inicial porque a consideraram abrangente o suficiente.

É fulcral, na perspectiva sociocognitivista e interacionista, a concepção que ultrapassa a noção inicial de um referente que se “dá”, exclusivamente, pela relação direta e unívoca entre anáfora e fonte, pela via, também, exclusiva, da superfície textual-verbal. Todavia, se, nas salas de aula, os textos forem lidos/ouvidos/produzidos com base nessa concepção simplista e já datada do fenômeno da referenciação, o aprendiz não conseguirá observar amplamente as potencialidades dos recursos expressivos – e esses saberes acompanhá-lo-ão até o Ensino Superior, equívoco que não se desfará, a depender das acepções teóricas dos professores universitários.

² Em vista do objetivo de concentrarmos no desenvolvimento da teoria, não especificaremos os nomes dos pesquisadores ou das instituições, pois isso demandaria um espaço que ora não temos.





Postas essas questões, propomos uma reflexão a respeito do panorama dos estudos sobre a referenciação e a retomada dos pressupostos mais básicos relacionados às pesquisas da referenciação. Com isso, pretendemos dar voz, também, a pesquisadores que não compõem, diretamente, o círculo dos precursores de uma abordagem mais alargada da noção de referenciação, mas que recebem influência desse círculo.

Nesse ponto, entretanto, abre-se um espaço para duas explicações que englobam desde o título até a conclusão deste artigo: as diferentes tendências às quais nos referimos são duas, as sugeridas por Custódio Filho (2011). Elegemos a expressão “diferentes tendências”, e não “duas tendências”, em razão de um posicionamento que não fechasse as possibilidades dessas tendências. Há outras ainda não exploradas ou divulgadas? Podem vir a surgir outras? O não acabamento da teoria marca essa nossa escolha lexical, mas, também, a escolha pelo encerramento do título com um ponto de interrogação, que não tem como marca de intencionalidade uma resposta. É retórico. É aberto. Por isso mesmo, o leitor perceberá que, até chegar à conclusão, não encontrará respostas, mas uma proposta de levantamento e de chamamento para reflexões. Ainda que isso dê um ar, cientificamente, desorganizado ao artigo, intentamos registrar o que se tem visto, jogar luz sobre o que se tem visto, de modo, mesmo, panorâmico.

Acreditamos que esse teor panorâmico contribua para situar leitores de diferentes áreas e, simultaneamente, para: a) destacar aspectos que, considerados superados, por seu teor basilar, deixam de figurar nos estudos mais contemporâneos (deixando uma lacuna para os que não conhecem as obras iniciais da área); e b) integrar, em um só artigo, estudos que, por destoarem entre si, em alguns pontos, são lidos em lugares/materiais distintos, o que pode impedir uma visão mais integral das potencialidades de aplicação da teoria. Uma apresentação desta forma não objetiva criticar um ou outro ponto dos diferentes cientistas, mas, deixe-se claro, **apresentá-los**.

Para cumprir nosso objetivo, abordaremos os principais conceitos que permeiam e embasam o momento atual dos estudos em referenciação, assumindo a divisão dos estudos da área nas duas tendências propostas por Custódio Filho (2011) – o que ocorrerá nas duas primeiras seções. Em seguida, concentrar-nos-emos nas noções atuais da recategorização, destacando a relação entre os aspectos gramaticais e a dinâmica referencial – apresentando, para tanto, a breve análise de duas letras de canção. Depois, abordaremos a questão do ponto de vista educacional. Por fim, “encerraremos”, acreditando que haja, ainda, muito que plantar neste terreno de solo tão fértil.





2 DA REFERÊNCIA À REFERENCIAÇÃO: REFORÇANDO A DEMARCAÇÃO DO TERRENO

Assumir a perspectiva sociocognitiva da linguagem abriu caminhos para a Linguística Textual (LT) dar uma guinada epistemológica na forma de se investigar o texto. Trata-se de uma mudança que, embora mantivesse seu objeto de estudo, o texto, atingiu todas as suas camadas, fossem de âmbito conceitual, fossem de âmbito metodológico (KOCH, 2004; MARCUSCHI, 2008; CAVALCANTE *et al.*, 2016).

Em âmbito conceitual, destacamos a premissa da linguagem que se constrói e manifesta-se na forma de colaboração com as potencialidades cognitivas e sócio-históricas dos sujeitos intersubjetivos. Trata-se de uma camada conceitual que subjaz outra igualmente cara à noção de texto da LT: a distinção entre texto e discurso. Muito embora o objeto de estudo da LT seja o texto, esse, durante muito tempo, foi visto como a materialização do discurso, em relação dicotômica e concorrente com aquele. Passar a olhá-lo da perspectiva sociocognitiva ativa a consciência dos fatores externos ao texto – contextuais, e não exclusivamente internos em sua estrutura e composição.

Apesar de a LT não ter por objetivo central a intervenção sobre as macroestruturas sociais, outros campos podem apropriar-se dos resultados das pesquisas com texto para procederem a essa relação. Isso porque os conhecimentos de mundo, as representações ideológicas e o lugar de fala são materializados no texto, tanto em suas estruturas quanto em suas escolhas linguístico-expressivas. Isso pode ser condensado nas palavras de Cavalcante *et al.* (2016, p. 8), que dizem que “a LT praticada hoje no Brasil não encerra o texto na dimensão do cotexto, organizada apenas na superfície materializada, mas o inscreve, sim (...) na dimensão das práticas discursivas”.

Essa relação imbricada entre texto e discurso resulta da própria concepção epistemológica da sociocognição, desaguando não somente na acepção conceitual de texto, como também nas escolhas efetivadas para a construção desse texto, que passam efetivamente a ser observadas pela complexidade dos constructos que levam a produzir sentidos, realizados com base em elementos diversos, e não exclusivamente os linguístico-verbais (CAVALCANTE; CUSTÓDIO FILHO, 2010).

Postas essas bases, é notório que a referenciação agrega aos seus diferentes recortes de pesquisas tal acepção, ao estudar como ocorrem as escolhas que perfazem a progressão textual. Derivada dessa primeira premissa, a própria noção de texto na dimensão discursiva passa a ocorrer em outra refocalização teórico-metodológica: a superação da coesão como fator referencial que precede a coerência (uma relação análoga àquela forma dicotômica, anteriormente preconizada entre texto e discurso). Atualmente, assume-se, de forma bastante clara, o uso das noções coesão/coerência em uma acepção mais próxima da de substantivo composto (CAVALCANTE *et al.*, 2016).





Fez-se, ainda, outra refocalização: nos estudos mais tradicionais, dentre os quais figuram os lógico-semânticos, a noção de referência pretende relacionar os objetos do mundo e sua respectiva nomeação, previamente inventariada. Assim, a primeira grande guinada dos estudos da referenciação resultou do questionamento, por parte de Mondada e Dubois (2003), da estabilidade apriorística atribuída ao referente. Foi, pois, por compreenderem haver uma “construção de objetos cognitivos e discursivos na intersubjetividade das negociações, das modificações, nas ratificações de concepções individuais e públicas do mundo” (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 18), que as pesquisadoras propuseram o termo “referenciação”, rompendo, assim, com a então exclusiva concepção do referente como espelhamento do mundo.

Pela perspectiva sociocognitiva, ao ser referenciado, o mundo “real” passa pelo processamento cognitivo do enunciador e é reelaborado de acordo com suas vivências socioculturais e estabilizado, apenas momentaneamente, de acordo com o projeto de dizer. À vista disso, e para marcar o lugar teórico dessa concepção (do referir como processo, e não mais como produto), Mondada e Dubois (2003) sugeriram que o elemento instaurado e designado no texto fosse denominado “objeto de discurso”.

Essa proposta, porém, não deveria passar pela substituição de termos – de “referente” a “objeto de discurso” –, pois a isso não se limita. Antes, a expressão marca uma mudança paradigmática³. Por sua vez, esse recorte teórico não promove uma mudança radical que negue a existência da realidade extramental, nem adota a subjetividade como exclusivo modelo paramétrico do real; antes, assinala que a referenciação reelabora a realidade, (re)construindo-a por meio do discurso, sendo restringida pelos contextos socioculturais, históricos e pelo processamento da língua (KOCH; MARCUSCHI, 1998; MONDADA; DUBOIS, 2003; CAVALCANTE, 2011).

Entretanto, ainda, outro aspecto dos moldes da tradição linguística sobre o referente como entidade extramental há de ser observado, pois pode incidir na associação equivocada entre as noções de referenciação e de denotação, por exemplo, ponto que precisa voltar a ser evidenciado. Certamente, entende-se que a própria língua(gem) cerceia certas escolhas, contudo, ela o faz do ponto de vista cognitivo, social, cultural e histórico em que se inscreve determinado (co)enunciador. Portanto, conquanto haja a opção por palavras/expressões em sua apreensão denotativa, no mesmo sentido fixo do dicionário, ela não tem prerrogativas sobre os sentidos que serão pretendidos na construção específica de um texto.

³ O lexema “referente”, quando utilizado nos estudos atuais, geralmente, tem relação semântica com “objeto de discurso”. Entretanto, essa assunção não nega o uso semântico do termo “referente” em associação com o “objeto de mundo”, aquele não “metabolizado” no texto por meio da língua. Por isso, pesquisadores como Ciulla (2008), Custódio Filho (2011) e outros filiados à perspectiva sociocognitivista utilizam o termo “referente” em grau de equivalência ao termo “objeto de discurso” e explicitam o contrário, quando o termo equivale a “objeto do mundo”. Essa possibilidade de equivalência semântica já era vista em Apóthelós (1995) e explanada em Cavalcante (2003).





Assim, precisa-se atentar ao fato de que a denotação realiza vínculos descritivos, aferindo significados muitas vezes (embora não exclusivamente) relacionados à correferencialidade. Porém, isso não pode remeter a algum **apontamento** para os objetos de mundo; ao contrário, a realização denotativa recebe, igualmente, um valor virtual entre outros valores semânticos possíveis estocados em nossa memória coletiva. Ou seja, a referência, realizada, também, por uma expressão conotativa, é constituída pela ação de **aplicar** determinada expressão, injetando-lhe um sentido que é construído concomitantemente ao texto⁴.

Ao percorrer o caminho dialógico da referenciação, Alves Filho (2010) demarca o território do plurilinguismo referencial, esclarecendo como um determinado “objeto de mundo” pode ser significado de formas distintas como objeto de discurso. Para isso, ele exalta o exemplo de “casinha” e “palacete”, que, de pontos de vistas constitutivos distintos, apontam para o mesmo referente. Também aprofunda a reflexão mostrando como determinados grupos sociais significam o mesmo referente, a partir de lugares sociocognitivos distintos (como os grupos sindicais em relação com os grupos gestores de determinada universidade). O autor (ALVES FILHO, 2010) julga ultrapassado conferir um caráter monofônico ao estudo do referente, considerando, inclusive, que a perspectiva monofônica seja um problema estrutural nos estudos da referenciação.

Também Cavalcante *et al.* (2016) corroboram essa investida ao desenvolverem argumentos a favor da relação entre a LT e a heterogeneidade discursiva. Para estes, “os dois pontos de vista, tanto o do dialogismo quanto o da psicanálise, permitem articular uma teoria da heterogeneidade linguística a uma teoria do descentramento do sujeito” (CAVALCANTE *et al.*, 2016, p. 16). Conquanto sejam estudos exteriores ao núcleo estrito da LT, eles contribuem para ampliar o olhar sobre a forma de referenciar.

Essa relação dialógica desagua, inclusive, nos estudos da argumentação. A partir do pressuposto de que a linguagem é naturalmente argumentativa, defende Alves Filho (2010, s/p.) que “[q]uando alguém refere algo de algum mundo, seu intento é que tal ato de referenciação seja aceito como verdadeiro ou como válido ou como bom pelos seus interlocutores: o empreendimento enunciativo é orientado com base na busca de uma verdade referencial”. Segundo ele, é na “contrapalavra que teremos a manifestação do que estamos chamando de plurilinguismo referencial, ou seja, do fato de que sobre um dado objeto referenciável coexistem diversos modos de referi-lo e que estes modos vêm carregados inevitavelmente de valoração axiológica”.

⁴ Para uma discussão mais aprofundada sobre o tema, ver Cavalcante (2011).





3 A REFERENCIAÇÃO NOS ESTUDOS DO TEXTO: AMPLIANDO O USO DO TERRENO

A língua(gem) é complexa e apresenta, não apenas por sua estrutura interna, mas, também, pelas possibilidades criativas dos interactantes em seu meio, diversas possibilidades de (re)construção do real. Iniciamos, portanto, a seção, defendendo que uma noção coerente de “anáfora” precisa coadunar-se com o cerne das noções anteriormente explanadas, sobre a referência. Assim, se os objetos de discurso: a) são instáveis e, portanto, são (re)elaboráveis; b) são interacionalmente negociados; c) são sociocognitivos, a partir do resultado da negociação entre os participantes e das elaborações cognitivas, d) podem passar por processo de (momentânea) estabilização (MONDADA; DUBOIS, 2003), as retomadas, também, assim se (per)fazem.

Os elementos que anaforizam o objeto de discurso também se recriam de maneira criativa, não somente na possibilidade das escolhas lexicais, mas também gramaticais e modais, por exemplo. Por isso, há de se acompanhar essa potencialidade discursiva mediante um aparato teórico-metodológico que consiga recobrir uma gama cada vez mais ampla de possibilidades. Desse modo, acreditamos ser imperioso destacar os desdobramentos que insurgem na forma de ver o referente – e não apenas nas nomenclaturas assumidas por estudiosos da área, nas últimas décadas.

Trata-se de atualizações que ocorreram mesmo entre os pioneiros dos estudos de texto no Brasil que, muito importantes na inauguração e na disseminação da área, continuaram a agregar as novidades dos estudos em seus próprios textos. Foi assim que pesquisadores como Ingedore Vilaça Koch e Luiz Antônio Marcuschi, por exemplo, revisitaram seus estudos iniciais e ampliaram conceitos caros à LT, referentes à progressão textual (KOCH, 2005, 2014; MARCUSCHI, 2005)⁵. Também, outros pesquisadores emergem do cenário acadêmico brasileiro e propõem ainda outros olhares sobre a referência e ampliam e/ou redesenham a base teórico-analítica.

Um desses refere-se à própria classificação das estratégias referenciais. Convenciona-se, contemporaneamente, dividi-las em anáforas diretas (AD), indiretas (AI) e encapsuladora (AE); e dêixis (DE) (CAVALCANTE, 2011). Sobre as AD, não se observa, atualmente, a preocupação em distingui-las pelos termos anáfora e catáfora; antes, os termos recorrentes são “retomadas/anáforas retrospectivas” e “retomadas/anáforas prospectivas”, sendo designados, respectivamente, ou para retomar ou para

⁵ É válido destacar a especificidade de nossas citações: estamos focalizando o desenvolvimento dos estudos sobre a referência. Contudo, sobre o aspecto mais amplo da inauguração da LT no Brasil, não podemos prescindir de mencionar o artigo pioneiro do Professor Ignácio Antônio Neis, intitulado “Uma Gramática Textual” (1981), seguido dos livros “Linguística Textual: Introdução” (FÁVERO; KOCH, 1983[2012]) e “Linguística de Texto: O Que é e Como se Faz” (MARCUSCHI, 1983).





antecipar um objeto de discurso, possibilitando sua progressão⁶. Também se conciliam outras nomenclaturas: anteriormente, sugeridas por diferentes pesquisadores para marcar um mesmo fenômeno linguístico-discursivo, as expressões “anáfora associativa” e “anáfora indireta” deixam de disputar espaço e convencionou-se utilizar AI nos estudos contemporâneos. Enquanto a AD constrói-se pela correferencialidade, a AI embasa-se em um elemento previamente instaurado no texto, que serve como base cognitiva e estopim de previsibilidade cognitiva (ou âncora) para inaugurar um novo objeto de discurso no texto (MARCUSCHI, 2005; SANTOS; CAVALCANTE, 2014).

A problematização sobre a introdução do referente é um tema bastante recorrente nos estudos mais recentes da área. Koch (2014) retomou os termos cunhados por Prince (1981, *apud* KOCK, 2014) para apresentar as duas formas como o objeto de discurso pode ser construído em um texto: a forma “ancorada” e a forma “não ancorada”. Para ela e para muitos outros estudiosos, a introdução não ancorada ocorre sempre que um objeto de discurso é construído no texto, sem que tenha havido qualquer evocação ou menção co(n)textual a ele; é, portanto, um elemento totalmente novo na construção discursiva. Nesta perspectiva, a introdução ancorada ocorre quando se constrói um objeto de discurso a partir de algum tipo de associação com elementos anteriores no texto, seja no contexto linguístico ou mesmo no sociocognitivo. Tal relação pode ocorrer por associação e/ou inferencialidade, tratando-se de uma concepção ampla e majoritariamente aceita. Em redimensionamento dessa abordagem, Cavalcante e outros pesquisadores passam a defender que a instauração do objeto de discurso é sempre ancorada em algum outro elemento, podendo ser ele contextual, intertextual ou imagético, por exemplo (CIULLA, 2008; CAVALCANTE, 2011; CUSTÓDIO FILHO, 2011).

A abordagem sociocognitiva aplicada aos textos permite validações empíricas que atestam que a AD não prescinde de variados graus de esforço cognitivo. Essa ideia é tão forte que Ciulla (2008) chegou a defender não ser necessária a divisão das anáforas em AD e AI. Apesar de não reproduzir a proposta de não subdivisão das anáforas, Custódio Filho (2011) defende que a rede de retomadas possibilitada por elas excede ao mapeamento de uma cadeia anafórica, nos termos de correferencialidade. É a partir dessa argumentação que ele defende que a referência responde muito mais pela transformação discursiva das entidades designadas do que por sua identificação.

Em vista da abordagem mais panorâmica ora empreendida, pensamos ser relevante, ao menos, citar a organização classificatória defendida em Custódio Filho (2011) sobre as retomadas. Para ele, as anáforas cumprem a função de apresentação (com a introdução do referente) e de mudança (processo de

⁶ Fonseca (1992, p. 190-191) argumenta que os interactantes agem sob a influência do discurso como um todo, podendo ser, as suas partes, igualmente, recuperadas ou antecipadas. Tal defesa permite eximir dos estudos das anáforas a classificação distintiva catáfora/anáfora.





alteração do estatuto do objeto designado). Quando ocorre a mudança, elas podem consolidar-se: 1) por acréscimo (quando as retomadas resultam nas modificações dos referentes, podendo alterar o objeto de discurso, mas sem anular os sentidos que foram construídos até o momento); 2) por correção (que, além de possibilitar o acréscimo, exerce função central de modificar o referente, levando a quebras de sentidos – o que favorece a integração de outras intenções ao projeto de dizer e de surpreender o interlocutor); e 3) por confirmação (esta acentua determinadas características do referente, colocando-as em destaque novamente e gera uma sanção das informações que se querem ressaltar).

Para esse pesquisador, pelo fato de as pesquisas, geralmente, objetivarem descrever o papel dinâmico do referente, a estratégia que opera a mudança por correção (a transformação do referente propriamente dita)⁷ é a mais estudada. Isso se dá pela possibilidade de atribuição de novos sentidos ao referente (CUSTÓDIO FILHO, 2014). Contudo, para o mesmo pesquisador, a confirmação é portadora de um projeto referencial igualmente importante para o mecanismo de mudança e tem relevância significativa, a depender do propósito comunicativo do enunciador⁸.

Houve, também, uma releitura substancial nos estudos da DE. Esta que, nos estudos tradicionais, era observada como estrutura formal, passa a receber a proposição de tomada do ponto de vista discursivo, sendo, pois, possibilitada pelo *continuum* anáfora-dêixis (SANTOS; CAVALCANTE, 2014; CABRAL; SANTOS, 2016).

Encontramos um exemplo forte da ampliação do escopo da referenciação nos pesquisadores do grupo de Pesquisa PROTEXTO, da Universidade Federal do Ceará (UFC). O grupo, coordenado pela Profa. Dra. Mônica Magalhães Cavalcante, veicula pesquisas cujos resultados ratificam essa evolução conceptual dentro dos estudos das anáforas. Assim, pesquisadores como a própria Cavalcante repensam e rediscutem as propostas iniciais da área. Temos, como exemplo, o artigo publicado em 2003, em que a referida pesquisadora propõe uma classificação para os procedimentos anafóricos. Nele, Cavalcante (2003) assume um conceito de retomada diferente daquele defendido por Marcuschi e Koch (1998) e propõe uma nova organização classificatória das anáforas. No ano seguinte, ainda baseada em seu trabalho de 2003, a própria Cavalcante (2004) defende uma reclassificação de sua proposta anterior. Encontramos outro exemplo desses diálogos e avanços da teoria em Koch (2005), a qual acopla, ao bojo teórico de seu artigo, o recorte crítico de Cavalcante (2003), acatando-o às suas próprias propostas.

⁷ “O movimento funcional de *acréscimo* contempla os casos que imprimem modificações a um determinado referente, a partir do acionamento de traços de significação que alteram a situação inicial do objeto de discurso” (CUSTÓDIO FILHO, 2014).

⁸ Sinalizamos que a função de “confirmação” não deve ser confundida com a clássica “reiteração”, conforme Apothéoz (2003), por duas razões centrais: 1) a confirmação do referente, segundo Custódio Filho (2014), tem por vista confirmar aspectos do referente pulverizados ao longo do cotexto; portanto, 2) não se trata de relações estritamente referenciais.





Em razão de uma dinâmica mais acelerada que marca as atualizações da teoria, Custódio Filho (2011) difundiu uma divisão das investigações da área em duas tendências: a primeira opera a partir de estudos classificatórios que sedimentam a referenciação na perspectiva sociocognitiva; e a segunda opera a partir do desdobramento teórico da primeira – sobre a qual nos concentraremos adiante⁹.

A maioria dos estudos insere-se na primeira tendência, e o seu insumo pode ser representado pelo objetivo de confirmar a teoria no postulado sociocognitivo – ou seja, parece tratar-se de pesquisas que compõem a sedimentação da teoria nesta fase sociocognitiva. Demonstrando esse viés estabilizador da teoria, os trabalhos inseridos neste grupo podem subdividir-se entre os que tratam de determinada estratégia referencial específica e aqueles que abordam o fenômeno de forma mais geral, apresentando propostas gerais de classificação (CUSTÓDIO FILHO, 2011). Todavia, defende Custódio Filho (2011), a segunda tendência consegue ampliar ainda mais a noção de texto/discurso e, com isso, integrar fatores mais diversos e potencializadores à (re)construção do referente. Com a aplicação dos diferentes suportes e modalidades da língua, essa perspectiva amplia a vocação pragmático-cognitivo-discursiva da teoria – que não quer ser nova, mas redimensionada. Assim, os pesquisadores inclusos nessa tendência ainda não totalmente difundida, tampouco consensual, preocupam-se em saber como os diferentes elementos compositores do texto (re)constróem o referente.

Estudos inseridos nesse escopo admitem diferentes tipos de pistas que contribuam para essa construção referencial – desde a superfície linguística até passar pelos aspectos contextuais (históricos, sociais, circunstanciais). Tudo isso permeado pelos mecanismos cognitivos que, nesta perspectiva, inserem também fatores extraverbais e exteriores às menções referenciais (CUSTÓDIO FLHO, 2011, p. 139).

Trata-se de estudos que observam, ainda, outros fatores relacionados à construção e retomada do referente: o peso da argumentatividade imanente à constituição referencial vem abrindo portas para vários estudos que nela se concentram, dessa vez, em perspectiva que ultrapassa as técnicas argumentativas e as figuras retóricas e que pensa a constituição discursiva da argumentação, agregando os valores da negociação, da contrapalavra e, ainda, das relações polêmicas¹⁰.

Um aspecto há de ser destacado neste ponto da discussão. Os pesquisadores que redimensionam a aplicação da referenciação não negam as primeiras teorias da referenciação pelo estatuto sociocognitivo.

⁹ Destacamos, entretanto, que os dois veios assim organizados em Custódio Filho (2011) não se excluem mutuamente. Ao contrário, esse agrupamento apenas organiza a forma de tratamento que os pesquisadores da área dão ao fenômeno, visto que ambas as tendências constroem-se sobre o mesmo alicerce conceptual.

¹⁰ Essa constatação integra, inclusive, o anterior e o atual projeto de pesquisa da Profa. Dra. Mônica Magalhães Cavalcante, que, inscritos na concepção dialógica de Bakhtin, na concepção das modalidades de argumentação defendidas por Ruth Amossy (que defende que a argumentação agrega modalidades distintas em um escalonamento que chega à modalidade polêmica) e na argumentação aplicada aos gêneros, conforme Analice Pinto, ensejam pesquisas que relacionam a referenciação e esses níveis de argumentação.

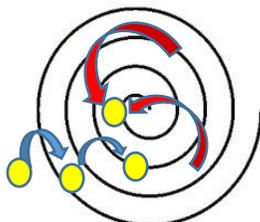




Antes, acreditam que outras formas de conceber a teoria potencializam o cerne do fazer sociocognitivo e levam a outros achados. Assim, redimensionam a forma de observar a (re)construção referente.

Vejam a figura 1, a seguir. Através da espiral, tentamos representar como os trabalhos filiados à primeira tendência podem conceber os tipos de retomadas.

Figura 1: representação da proposta de retomada - primeira tendência

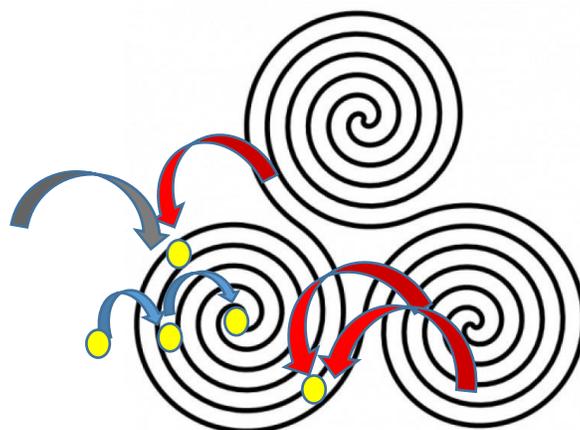


Fonte: elaboração própria

Se tomadas as classificações mais tradicionais da referenciação, concentradas exclusivamente no texto verbal, esta figura representará uma abordagem pouco abrangente, que não contempla toda a complexidade da construção de um texto. Isso não significa que a chamada primeira tendência não pense o texto em toda a sua complexidade. Para alguns pesquisadores que mantêm as nomenclaturas dos estudos iniciais e que não escolheram debruçar-se sobre algumas temáticas atualmente em voga, as premissas estariam inferidas e seriam naturais a partir da própria nomenclatura “sociocognitivismo interacional”.

Com a figura 2, que segue, embora ela apenas esboce as possibilidades de ocorrências das anáforas, consideramos representar a forma como a nova tendência concebe, explicitamente, por meio de seus estudos, as anáforas nas tramas de um texto.

Figura 2: representação da proposta de retomada - segunda tendência



Fonte: elaboração própria





Sendo os pontos a representação dos referentes, vê-se que eles podem ser forçados a partir da (não descartada!) correferencialidade, conforme representa a seta azul. As setas vermelhas mostram que também elementos de diferentes cotextos¹¹ (inclusive os não verbais ou multilinguajeiros) são assumidos nesse tipo de análise.

Por fim, a seta verde representa a construção/retomada do referente possível pelo acionamento do contexto, seja cognitivo, seja situacional, por exemplo. Nessa perspectiva, as anáforas recebem não apenas a especificidade da designação do objeto do discurso, mas também carregam os valores semânticos dos demais itens lexicais do cotexto, ou mesmo inferências, que remetem ao contexto. Fato é que, nos primeiros trabalhos da LT, embora assumidos do ponto de vista sociocognitivista, não se poderia vislumbrar o tipo de representação como o da figura 2 – o que demonstra a evolução dos estudos na área que, em outras palavras, extrapolam a relação direta/indireta entre anáfora e antecedente, e agregam às análises elementos vários – do texto, do contexto, no intertexto, verbal ou não, para a construção do objeto de discurso.

Os espirais ora delineados não esgotam a infinidade de possibilidades de construção e de retomada dos referentes; são eles apenas uma forma de visualizar a quebra da unilateralidade da retomada. Mesmo os pontos amarelos ligados pelas setas azuis podem representar correferencialidade que já fora semanticamente carregada pelas pistas oferecidas por outro cotexto. Destacamos, pois, com a seção, a imensa complexidade do processo amplificada nos estudos dos últimos anos.

4 A RECATEGORIZAÇÃO: UMA PARTE OU O TODO DO TERRENO?

Atualmente, a recategorização é entendida como um processo que deixa de ser assumido, exclusivamente, pela perspectiva linguístico-textual e passa a ser investigado, também, pela perspectiva cognitiva – mantendo o objetivo primeiro da discursividade. Assim sendo, nesta seção, pinçaremos noções a favor de uma recategorização, tanto a) alavancada pela designação do objeto de discurso quanto b) subsidiada por elementos vários encontrados no entorno discursivo¹² – seja pela predicação ou por outra

¹¹ Para apresentar a retomada possível em diferentes contextos, Costa (2007) estudou o encapsulamento em mensagens eletrônicas trocadas em um grupo de discussão sobre linguagem. Em seu estudo, a pesquisadora observa o fenômeno do encapsulamento a partir da sumarização de porções do cotexto, mas a partir da sumarização de trechos exteriores à mensagem em andamento. Assim, para compreender o conteúdo encapsulado, o leitor precisa recorrer a outras mensagens antecedentes. As análises da pesquisadora citada procuram mostrar que não apenas o encapsulamento, mas o fenômeno de referencialidade, como um todo, pode ser entendido de forma a ampliar o uso corrente dos estudos.

¹² Da perspectiva de Ciulla e Silva (2008), “entorno discursivo” são todas as pistas encontradas ao redor do referente que possam contribuir, ainda que indiretamente, para a construção de seu sentido. A pesquisadora diz ter encontrado em Varela, Thompson e Rosch (1991 apud CIULLA, 2008) apoio do ponto de vista da ciência cognitiva para defender a concepção assumida.





fonte de referência que se fizer presente no texto de forma a servir para a reelaboração do referente, mesmo que indiretamente (JAGUARIBE, 2004; CIULLA, 2008; CUSTÓDIO FILHO, 2011; LIMA; CAVALCANTE, 2015; CAVALCANTE; BRITO, 2016).

Concordem ou não com o avanço dos estudos da referenciação pela perspectiva até aqui apresentada, há os pesquisadores que delimitam seu estudo em torno dos fenômenos gramaticais que envolvem as anáforas. Para estes, olhar a referenciação na interface com a gramática apresenta-se como um caminho igualmente importante para as teorias linguísticas e que levam a: rejeitar a nomenclatura como um fim em si mesmo; refutar a aprendizagem de certas classes gramaticais, como pronomes e advérbios, com função exclusivamente remissiva de apontamento; atinar as relações morfossintáticas para o empreendimento da construção de sentidos e da expressividade na progressão textual; repensar a intencionalidade na seleção de repetições para a expressividade no texto; acrescentar à agenda as estratégias de ampliação do conhecimento enciclopédico, da ampliação do léxico (do ponto de vista, também, da formação de palavras, do neologismo e da idiomatidade); explicar a elipse com os fins discursivos que expressam; entender a trama do aparato da lexicogramática para a progressão do texto em sua finalidade textual-cognitivo-discursiva (BRITO, 2014, MENEZES, 2016). Tudo isso tem sido um avanço, portanto, no que tange ao universo das relações da superfície do texto – ainda que pareça que esses pesquisadores não acompanhem as (ou que se destoem das) últimas revisões bibliográficas da área.

Acreditamos que investigações como estas, que se concentram na referenciação pelo viés gramatical, possam ser acopladas à segunda tendência. Argumentamos, a favor disso, que se trata de pesquisas cujos critérios ultrapassam os objetivos primeiros de confirmar o atual momento da teoria e que defendem o ensino da gramática de modo a ressignificar sua função nas relações referenciais sob o necessário enfoque discursivo – demarcando, portanto, um novo prisma, ainda pouco dado ao tema, embora previsto. Defendemos que pesquisas como estas, que superam a visão mais inicial e ultrapassada de ensinar aos estudantes a colocarem “setas” que liguem dois termos (conforme retrata SANTOS, 2015), contribuem para o andamento das pesquisas da área.

Um exemplo dessa ressignificação de viés mais gramatical é a aceção de que a elipse e o pronome possam integrar os demais valores semânticos presentes no entorno discursivo, assumindo o mesmo potencial discursivo das demais estratégias anafóricas de reelaboração cognitiva do referente ao serem textualizadas. Pelo fato de estudos sobre esse aspecto serem menos encontrados, detenhamo-nos um pouco mais a este ponto, por meio da letra da canção “Ela”, de João Guilherme, reproduzida a seguir¹³:

¹³ Clipe disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PqyGX1PtkNo>.





Exemplo 1

Ela		
Ela anda sem se preocupar Ela é dela e de qualquer lugar Ela dança sem saber dançar Ela faz o meu mundo girar Todo dia ela quer viver Na balada até o amanhecer Ela é linda quase sem querer Com seu jeito menina de ser	E eu tô com ela então tá bom embaixo do edredom Se fizer barulho aumenta o som Ela da a letra e dou o tom	Ela anda sem se preocupar Ela é dela e de qualquer lugar Ela dança sem saber dançar Ela faz o meu mundo girar Todo dia ela quer viver Na balada até o amanhecer Ela é linda quase sem querer Com seu jeito menina de ser
Ela é você (16 vezes)		Ela é você (16 vezes)

Fonte: <https://www.cifraclub.com.br/joao-guilherme-vila/ela/letra/>

Na letra da canção, o leitor/ouvinte é levado a significar o referente como um receptáculo de admiração/paixão do eu-lírico, sendo o termo “ela” categorizado, pelos elementos predicativos, como um referente, basicamente, independente e feliz. Somos levados a essa interpretação por predicativos como “é dela e de qualquer lugar”; “linda quase sem querer”. Assim, se, por um lado, o pronome em questão não opera, necessariamente, a manutenção de um referente, conforme costumam mostrar os estudos mais tradicionais da área, por outro lado, somos levados a coconstruir, mais ativamente¹⁴, a elaboração da letra, completando a lacuna deixada pelo pronome, nesta primeira estrofe. Quem é esse “ela”? Possivelmente, uma pessoa feminina, por quem o eu-lírico assume uma paixão, uma admiração – atribuição possível pelo conhecimento de mundo desenvolvido em nossa cultura e acionado pela predicação.

A questão que se coloca é que o pronome pessoal selecionado para a mensagem musical não se preenche linguisticamente por um elemento fonte, como mencionamos. Entretanto, para além disso, ele está passivo de uma recategorização em nível exclusivamente cognitivo. Quando, no refrão, o enunciador vale-se de um elemento dêitico, na predicação: “você”, leva-nos a recategorizar esse referente. Tal tipo de recategorização não apenas possibilita a releitura da função discursiva do pronome, como também corrobora a noção de *continuum* anáfora-dêixis, conforme vem sendo difundido nos estudos atuais da referenciação (CAVALCANTE; SANTOS, 2014).

Outros eventos linguísticos possibilitam destacar que a complexidade de um pronome pessoal nos eventos referenciais é mais complexa do que a noção normalmente estabelecida de apontamento e, simultaneamente, corroboram os estudos que defendem que a recategorização pode ocorrer pelos elementos extralinguísticos (CAVALCANTE; BRITO, 2016). Essa forma de empreendimento pode ser vista na letra da canção “Geni e o Zepelim”, de Chico Buarque. Vejamos parte da letra:

¹⁴ Lembrando que o empreendimento cognitivo está sempre presente, em alguma medida, nas relações anafóricas, sejam elas diretas ou indiretas.





Exemplo 2

Geni e o Zepelim De tudo que é nego torto Do mangue e do cais do porto <u>Ela</u> já foi namorada	[...] Joga pedra na Geni Joga pedra na Geni	Ela é feita pra apanhar Ela é boa de cuspir Ela dá pra qualquer um Maldita Geni
--	---	--

Fonte: <https://www.cifraclub.com.br/chico-buarque/geni-o-zepelim/letra/>

O pronome “ela” retoma o referente “Geni”, localizado no título da canção. Em compreensão mais tradicional, em que o pronome funcionaria, exclusivamente, para a manutenção, não haveria o que discutir. Porém, se a canção for ouvida em seu contexto de produção/execução, o pronome receberá novos sentidos: trata-se de uma personagem travesti cujo nome é Genival, e que apenas em contexto de relação extralinguística pode acionar a recategorização de “Geni” e, conseqüentemente, do pronome.

Acreditamos que o entorno discursivo pode levar o pronome a retomar, cognitivamente, não apenas o objeto instaurado (“Geni”), mas, conjuntamente, as informações presentes na predicação. Se analisada, isoladamente, a letra da música, tem-se um “ela” que recategoriza “Geni” como “namorada”; contudo, se vista, a letra da música, pelo prisma da cena teatral, outro “ela” (re)constrói-se: “Genival”, um “travesti namorada”¹⁵. Acreditamos, pois, que o pronome seja capaz de carregar, desta ótica sociocognitiva, algum redimensionamento do referente¹⁶.

Defendemos que ele pode acontecer na ocorrência da elipse. A resistência possível à proposta do valor recategorizador da elipse poderia ser a tradição gramatical de que a elipse seja um fenômeno que marca a economia linguística, sendo constitutiva da reiteração, não podendo, pois, operar recategorização. Todavia corroboramos a defesa de Guimarães (2018, p. 131) ao dizer que, ao fazer progredir o texto por meio da escolha desse recurso que leva, cognitivamente ao elemento antecedente, esse “voltar” cognitivo é passível de capturar, também, elementos outros presentes no entorno discursivo e recategorizar, em nível exclusivamente cognitivo, o elemento-fonte. Veja:

Exemplo 3

O seu corpo é dos errantes Dos cegos, dos retirantes É de quem não tem mais nada
--

Fonte: <https://www.cifraclub.com.br/chico-buarque/geni-o-zepelim/letra/>

¹⁵ Esta segunda possibilidade de recategorização do referente remete à nossa defesa a favor da natural consideração do contexto sociocognitivo do leitor/ouvinte do texto na efetivação analítica das (re)categorizações, conforme Alves Filho (2010).

¹⁶ Embora não seja esse o cerne do trabalho de Santos e Andrade (2019, p. 18), as autoras sinalizam o pronome indefinido “aquilo” como recategorizador em uma cadeia referencial analisada.





Em “[0] É de quem não tem mais nada”, vemos a ocorrência de uma elipse que retoma não apenas o corpo de Geni (“seu corpo”), mas pode acionar, do entorno discursivo, um “corpo pertencente” às várias e diferentes pessoas das camadas mais necessitadas. Trata-se de um corpo que pode ser configurado como o não privativo.

A mesma letra da canção pode levar a pensar a forma como a repetição tem sido estudada. Para além de cumprir a função de reiterar o valor semântico inicial do referente, pode abrigar a recategorização por meio do entorno discursivo (CUSTÓDIO FILHO, 2011; SOARES, 2018; GUIMARÃES, 2018). Para além disso, tem-se a noção de que o entorno discursivo pode corroborar uma manutenção, mesmo em situações de substituição¹⁷. Contrastemos “maldita Geni” e “bendita Geni” na letra da canção em tela.

Exemplo 4

Ela dá pra qualquer um Maldita Geni [...]	Ela dá pra qualquer um Bendita Geni
---	--

Fonte: <https://www.cifraclub.com.br/chico-buarque/geni-o-zepelim/letra/>

No excerto, o qualificador “Bendita” não recategoriza, efetivamente, o referente “Geni”; tampouco representa uma mudança de percepção dos enunciadores em relação à personagem. Nessa perspectiva co(n)textual, a alternância “maldita/bendita” poderia apontar mais para a compreensão das demais personagens da trama como interesseiras, representando uma sociedade que se prostitui moralmente.

5 O TERRENO E SUAS FUNÇÕES: ASPECTOS PEDAGÓGICOS DA TEORIZAÇÃO

As considerações anteriormente postas tentam apresentar o insumo dos estudos atuais, conforme visto em Jaguaribe (2004), Lima e Cavalcante (2015), Cavalcante e Brito (2016), Guimarães (2018; 2020), Soares (2018), que pressupõem que a recategorização possa a) ocorrer de forma não linear; b) transformar uma primeira menção referencial; c) prescindir de uma expressão referencial textualizada; d) assumir as informações constantes no entorno discursivo; e) dar-se por meio de repetições lexicais; f) operar por meio de diversos procedimentos gramaticais, como pronomes, elipse, operações morfológicas, entre

¹⁷ Tedesco (2002, p. 88-89) verificou que nem sempre a substituição garante modificação significativa ao argumento. E isso a levou a subdividir a perspectiva da recategorização em elemento “recategorizador” (quando o anaforizante mantém o sentido do item lexical que reconstrói, conservando, portanto, carga semântica muito próxima à do anaforizado) e “recategorizador avaliativo” (quando o termo anafórico apresenta reelaboração semântica, a partir do acréscimo de um modificador, trazendo, efetivamente, um sentido de novo ao objeto de discurso).





outros, desde que operem, cognitivamente, uma transformação; g) efetivar-se na materialidade linguística, mesmo que a primeira menção tenha sido realizada por outras semioses ou em outros contextos discursivos; h) operar por meio do encapsulamento.

Trata-se de uma percepção atual, mas em franco debate e ampliação, sendo, pois, transitória. Contudo, ainda que ela continue desenvolvendo-se teoricamente e, ainda que muitas descrições importantes venham a ser feitas, há, nela, um bojo que não se pode perder da aplicabilidade na educação básica. Por isso, o ampliar do número de pesquisadores interessados na relação referenciação-ensino mostra-se igualmente essencial para os estudos atuais. Assim sendo, trabalhos como os de Santos e Andrade (2019), Ferreira Neto e Custódio Filho (2019), Oliveira (2017), Linhares (2017), Santos e Colamarco (2014), Santos, Teixeira e Cuba Riche (2012), que propõem metodologias pedagógicas com a aplicação das teorias atualizadas da referenciação, soam deveras importantes para os estudos da área por conectarem teoria e prática.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivamos, com este estudo, refletir sobre os encaminhamentos da referenciação no Brasil. E, para efetivar a organização da abordagem panorâmica de uma área com tantas ramificações e em franco desenvolvimento, recorreremos ao recorte proposto em Custódio Filho (2011), que divide os estudos em duas tendências.

Para além do objetivo de apresentar os estudos que atualizam a área no contexto mais cognitivo-discursivo, dedicamos o artigo, também, àqueles pesquisadores que, pelo viés cognitivo-discursivo, pautam-se no quesito mais gramatical das análises. Embora esse último tipo de empreendimento não esteja figurado nas citações dos trabalhos mais disseminados na área, e, conquanto estes estudiosos nem sempre se pautem nos teóricos da chamada segunda tendência, nós acreditamos que esse tipo de junção, em único estudo, possa, de fato, oferecer a visão panorâmica pretendida.

Do ponto de vista metodológico, não nos dedicamos a ser exaustivos nos exemplos das duas primeiras seções, pois não pretendíamos validar as teorias apresentadas, apenas, abordá-las. Entretanto, pelo fato de os estudos atinentes à recategorização apresentarem novidades ainda pouco disseminadas pelo viés mais gramatical, ou na relação referenciação-ensino, na terceira seção, propusemos análises, ainda que superficiais, que poderiam contribuir para o argumento de que se trata de um profícuo e vasto terreno e que há, ainda, muito a ser desenvolvido na área.

Da perspectiva reflexiva, o título do artigo pode assumir algumas funções. Uma delas é provocar a questão pragmática da relação teoria-prática: todas essas teorias estão conseguindo alcançar as práticas





pedagógicas da educação básica; ou, antes: o desenvolvimento dos estudos da referenciação alcança os pesquisadores alinhados aos demais segmentos? Em que medida ou urgência seria essa uma necessidade?

Pensar e compartilhar os saberes é o que sempre fez a ciência se mover. Nesse sentido, o século XXI, com todas as formas de divulgação existentes a curto prazo, permite que os pesquisadores assumam determinado ponto da teoria para, dali, também ramificá-la. Pensar nisso do ponto de vista da referenciação e realizar junções dos diversos saberes que se vêm desenvolvendo em todo o país seria uma forma bastante interessante de olharmos o quanto de desenvolvimento se realizou e o quanto de potencialidade ainda temos para chegar na relação com o fazer docente.

REFERÊNCIAS

ALVES FILHO, F. "Sua casinha é meu palácio": por uma concepção dialógica de referenciação. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 10, n. 1, p. 207-226, jan./abril, 2010.

APOTHÉLOZ, D.; REICHLER-BÉGUELIN, M. Construção da referência e estratégias de designação. Tradução (inérita) de Mônica Magalhães Cavalcante. *In*: BERRENDONNER, A.; REICHLER-BÉGUELIN, M. J. (org.). **Du syntagme nominal aux objects-de-discours**. Neuchâtsh: Université de Neuchâtsh, 1995. p. 227-271.

APOTHÉLOZ, D. Papel e funcionamento da anáfora na dinâmica textual. *In*: CAVALCANTE, M. M.; BIASI RODRIGUES, B.; CIULLA e SILVA, A. (org.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 53-84.

BRITO, M. A. P; MATOS, J. G. As funções discursivas das recategorizações. **Intersecções**, v. 7, p. 40-60, 2014.

CAVALCANTE, M. M. Expressões referenciais: uma proposta classificatória. **Caderno de estudos linguísticos**, n. 44, p. 105-118, jan./jun. 2003.

CAVALCANTE, M. M. Processos de referenciação: uma revisão classificatória. *In*: ENCONTRO DOS ALUNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA, 11., n. 1, 2004, Alagoas. **Anais [...]**. Alagoas: UFAL, 2004. p. 1-13.

CAVALCANTE, M. M. **Referenciação**: sobre coisas ditas e não ditas. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

CAVALCANTE, M. M. *et al.* Desafios da Linguística Textual no Brasil. **Intersecções**, ano 9, n. 1, p.7-25, fev. 2016.

CAVALCANTE, M. M.; BRITO, M. A. P. O caráter naturalmente recategorizador das anáforas. *In*: AQUINO, Z. G. O.; GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. (org.). **Estudos do discurso**: caminhos e tendências. São Paulo: Paulistana, 2016.





CIULLA, A. **Os processos de referência e suas funções discursivas**: o universo literário dos contos. 2008. 201 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

COSTA, M. H. A. **Acessibilidade de referentes**: um convite à reflexão. 2007. 214 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

CUSTÓDIO FILHO, V. **Múltiplos fatores, distintas interações**: esmiuçando o caráter heterogêneo da referenciação. 2011. 330 f. Tese (Doutorado em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística do Centro de Humanidades) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

CUSTÓDIO FILHO, V. Análise da referenciação por meio de traços de significação. *In*: FIGUEIREDO, M. F. *et al.* (org.). **Textos**: sentidos, leitura e circulação. Franca: Unifran, 2014. p. 197-223.

FÁVERO, L. L. & I. G. V. KOCH. **Linguística textual**: introdução. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FONSECA, F. I. **Deixis, tempo e narração**. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1992.

JAGUARIBE, V. M. F. O jogo da recategorização no texto poético. *In*: JORNADA DO GRUPO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS DO NORDESTE, 20., 2004, João Pessoa. **Anais** [...]. João Pessoa: UFPB, 2004. p. 2597-2608.

KOCH, I. **Introdução à linguística textual**: trajetória e grandes temas. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

KOCH, I. **Léxico e progressão referencial**: estudos em homenagem ao professor Doutor Mário Vilela. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005.

KOCH, I. **As tramas do texto**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

KOCH, I. G. V.; MARCUSCHI, L. A. Processos de referenciação na produção discursiva. **Delta**, v. 14, p. 169-190, 1998.

LIMA, S. M. C.; CAVALCANTE, M. M. Revisitando os parâmetros do processo de recategorização. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem**, v. 13, n. 25, p. 295-315, 2015.

LINHARES, A. A. A construção referencial no ensino de escrita em turmas de EJA. **Revista Entrepalavras**, v. 7, p. 103-120, 2017.

MARCUSCHI, L. A. **Linguística de Texto**: o que é e como se faz. 3. ed. Recife: Parábola Editorial, 2012.

MARCUSCHI, L. A. Anáfora Indireta: o barco textual e suas âncoras. *In*: KOCH, I.; MORATO, E.; BENTES, A. C. (org.). **Referenciação e Discurso**. São Paulo: Contexto, 2005. p.51-101.

MENEZES, V. M. C. Referenciação, uso do léxico e letramento. **Intersecções**, 18. ed., ano 9, n. 1, p. 81-92, fev. 2016.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. *In*: CAVALCANTE, M. M. *et al.* (org.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 17-52.





NEIS, I. A. Por uma gramática textual. **Letras de Hoje**, v. 16, n. 2, p. 21-39, 1981.

NETO, J. A. F.; FILHO, V. C. O fenômeno da referenciação por meio de “movimentos” funcionais: uma proposta didática para o ensino-aprendizagem de compreensão textual. **Diálogo das Letras**, Pau dos Ferros, v. 8, n. 2, p. 107-26, maio/ago. 2019.

OLIVEIRA, F. M. **A referenciação na sala de aula do ensino fundamental**: uma proposta de intervenção. 2017. 116 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) - Centro de Ensino Superior do Seridó, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

SANTOS, L. W.; TEIXEIRA, C. S.; RICHE, R. M. C. **Análise e produção de textos**. São Paulo: Contexto, 2012.

SANTOS, L. W.; CAVALCANTE, M. M. Referenciação: continuum anáfora-dêixis. **Intersecções**, v. 12, n. 1, p. 224-246, maio, 2014.

SANTOS, L. W.; CABRAL, A. L. T. Dêixis pessoal e verbos na construção de um objeto de discurso argumentativamente orientado. **Conexão Letras**, v. 11, n. 15, p. 25-40, 2016.

SANTOS, L. W.; COLAMARCO, M. Referenciação e ensino: panorama teórico e sugestões de abordagem de leitura. **Gragoatá**, Niterói, v. 19, n. 36, p. 43-62, 2014.

SANTOS, L. W.; CAVALCANTE, M. Referenciação: continuum anáfora-dêixis. **Intersecções**, v. 7, n. 12, p. 224-246, 2014.

SANTOS, L. W. Revel na escola: referenciação. **ReVEL**, v. 13, n. 25, p. 1-8, 2015.

SANTOS, L. W.; ANDRADE, F. Referenciação e humor no ensino de língua portuguesa. **Interdisciplinar**, v. 31, p. 11-24, jan./jun. 2019.

SOARES, M. S. **Processos referenciais por nome próprio como estratégias argumentativas**. 2018. 119 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

TEDESCO, M. T. V. A. **O processo de referenciação e o texto argumentativo**. 2002. 147 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

Artigo recebido em: 20/01/2020

Artigo aprovado em: 14/05/2020

Artigo publicado em: 07/07/2020

COMO CITAR

GUIMARÃES, S. A. H. Diferentes tendências no estudo da referenciação no Brasil: teoria atualizada por quem e para quem? **Diálogo das Letras**, Pau dos Ferros, v. 9, p. 1-20, e02008, 2020.

